

4. PAGAMENTO DOS HONORÁRIOS E OUTROS ENCARGOS JUDICIAIS:

Submete-se à consideração do Executivo Municipal o pagamento dos honorários e outros encargos judiciais a **FRANCISCO SOARES MESQUITA MACHADO**, ao abrigo do Estatuto dos Eleitos Locais no processo identificado nas informações do Serviço Jurídico e com os fundamentos dali constantes.

Registo de entrada: E/29403/2021

Requerente: Sra. Dra. _____ em nome do s/ constituinte - Sr. Eng.
Francisco Soares Mesquita Machado

Assunto: Solicitação de pagamento de Honorários e despesas processuais - Eleitos Locais

Parecer Jurídico de 01/07/2021

Técnico responsável:

PEDIDO

Francisco Soares Mesquita Machado – por requerimento de 21/06/2021, apresentado através da sua mandatária, Ex.ma Sra. _____ e ao abrigo do disposto na alínea o) do artigo 5º da Lei nº 29/87, de 20 de junho, veio solicitar o pagamento dos honorários devidos aos Advogados que lhe prestaram assistência jurídica no processo comum coletivo nº 202/14.2TELSB, que correu termos pelo Tribunal Judicial da Comarca de Braga (Juízo Central Criminal de Braga – Juiz 5), em que foi arguido por alegados crimes cometidos no exercício das suas funções de Presidente da CMB e que findou com a sua absolvição total (juntou comprovativo do trânsito em julgado da sentença, nota de honorários, taxas de justiça, custas e transcrições, **no valor de 80.000€**)

ANÁLISE

A **Lei nº 29/87, de 30 de junho**, que define o **Estatuto dos Eleitos Locais**, dispõe:

Artigo 5.º

Direitos

1 - Os eleitos locais têm direito:

...



o) A apoio nos processos judiciais que tenham como causa o exercício das respetivas funções;

Artigo 21.º

Apoio em processos judiciais

Constituem encargos a suportar pelas autarquias respetivas as despesas provenientes de processos judiciais em que os eleitos locais sejam parte, desde que tais processos tenham tido como causa o exercício das respetivas funções e não se prove dolo ou negligência por parte dos eleitos.

Ou seja, os eleitos locais podem solicitar apoio nas despesas referentes a processos judiciais em que venham a ser parte, apoio esse que necessita que se verifiquem os seguintes pressupostos (cumulativos):

- a) as despesas têm de ser provenientes de processos judiciais;
- b) processos esses em que os eleitos locais sejam parte por causa das suas funções autárquicas;
- c) e desde que não se prove na sentença judicial, dolo ou negligência.

Temos assim de verificar se a pretensão dos Requerentes, preenche ou não os pressupostos referidos.

a) as despesas têm de ser provenientes de processos judiciais

Não há dúvida que estamos perante um processo judicial – o **PROCESSO Nº 202/14.2TELSB**, que correu termos pelo Tribunal Judicial da Comarca de Braga - Juízo Central Criminal de Braga – Juiz 5, e que os honorários apresentados se referem ao mesmo.

b) processos esses em que os eleitos locais sejam parte por causa das suas funções autárquicas

Debruçando-se sobre o tema em questão, vem referir o Ac. do STA, de 21 de maio de

1996, Rec. 38205, que *“uma primeira ilação é possível extrair do contexto literal do preceito: o apoio judiciário a conceder pelas autarquias locais circunscreve-se às ações judiciais que tenham por objeto atos funcionais dos titulares de órgãos que lhe possam ser imputados a título de dolo ou negligência”*.

Ora, por **atos funcionais**, segundo refere Marcello Caetano, *in Manual de Direito Administrativo*, vol. II pág.1228, contrapondo-os aos atos pessoais *“(..) são todos aqueles que, embora ilícitos, sejam praticados durante o exercício das funções do seu autor e por causa desse exercício. São atos pessoais todos os outros, isto é, os que forem praticados fora do exercício das funções do seu autor ou que mesmo praticados durante tal exercício e por ocasião dele, não forem, todavia, praticados por causa desse exercício. (..)”*.

Refere mais à frente este Ilustre Mestre (pág. 1230), quando se refere também a propósito da garantia administrativa que *“(..) há que averiguar se o autor do facto ilícito procedeu ou não no exercício das suas funções e por causa desse exercício, quer dizer, se o facto praticado representou o legítimo exercício da competência para fins de interesse público ou, antes, um abuso de autoridade com excesso do que no caso exigia o cumprimento das funções. Em qualquer dos casos o facto terá sido ilícito; mas no primeiro a ilicitude foi como que um acidente da atividade profissional do órgão ou agente administrativo, ao serviço da pessoa coletiva de direito público, ao passo que no segundo o autor do ato ilícito exorbitou das suas funções, servindo-se delas para prosseguir os seus próprios fins. (..)”*.

Analisada a acusação, verifica-se que o arguido (ora Requerente) FRANCISCO SAORES MESQUITA MACHADO, foi acusado, em co-autoria com
da prática de um **crime de prevaricação**¹, p. e p. pelos artigos 1º, 2º, 3º, al. I) e 11º, todos da Lei nº 34/87, de 16 de julho.

1

Artigo 11.º
Prevaricação

O titular de cargo político que conscientemente conduzir ou decidir contra direito um processo em que intervenha no exercício das suas funções, com a intenção de por essa forma prejudicar ou beneficiar alguém, será punido com prisão de dois a oito anos.

Ora, o tipo de crime é especificamente referente a **CRIMES DA RESPONSABILIDADE DE TITULARES DE CARGOS POLÍTICOS**, o que era o caso já que, à data, o arguido Francisco era o Presidente da Câmara Municipal de Braga.

Por outro lado, em causa no processo, estão deliberações do Executivo Municipal, do qual faziam parte (no âmbito das suas competências e no exercício das suas funções).

Ou seja, encontra-se preenchido o segundo pressuposto, já que o Requerente foi arguido num processo judicial, por causa das suas funções autárquicas.

c) e desde que não se prove na sentença judicial, dolo ou negligência

Embora o processo termine com a absolvição do aqui Requerente, e tomando partido da jurisprudência e doutrina existente nesse sentido, há que verificar se da sentença judicial não consta que atuaram com dolo ou negligência.

Ou seja, ainda que absolvido, deve ser analisada cada situação, para apurar se não houve, pelo menos, negligência.

Da leitura da sentença, nada refere que tenha havido qualquer tipo de dolo ou negligência na atuação do então Presidente da Câmara.

Sentença:

(negritos e sublinhados n/)

Ora, da leitura do acórdão proferido, no âmbito do processo em causa, em sede de Recurso, refere o Acórdão do Tribunal da Relação de Guimarães (já transitado em julgado):



Fls. 51

2.2 - Matéria de facto não provada:

Não resultaram provados, com interesse para a decisão da causa, os seguintes factos:

1.1 - Os arguidos Francisco Mesquita Machado e [redacted] conhecem-se há, pelo menos, 15 anos, mantendo, desde então, uma relação pessoal de amizade.

1.2 - Em data não concretamente apurada, situada em momento anterior a 3 de janeiro de 2013, os arguidos Francisco Mesquita Machado, então presidente da Câmara

51

Municipal de Braga e António Salvador Rodrigues, representante e presidente do conselho de administração da [redacted] acordaram concertar esforços no sentido de favorecer este último e a sociedade por ele representada, no âmbito do concurso público n.º 4/2012, em que aquela sociedade foi concorrente, em violação das peças procedimentais deste concurso e das normas legais aplicáveis, em particular assegurando a decisão de expansão dos lugares de estacionamento do Município de Braga, em desconformidade e para além do que constituía o objeto do concurso.

1.3 - Na execução do plano que os arguidos formularam e na sequência de reuniões promovidas por estes, ocorridas em datas não concretamente apuradas compreendidas entre a data da adjudicação – 13 de setembro de 2012 - e 3 de janeiro de 2013, em que participaram representantes da [redacted] e, pelo menos, o chefe da divisão de trânsito da Câmara Municipal de Braga, à data dos factos, [redacted] foi verbalmente transmitida, pela [redacted] uma proposta de alargamento faseado da área de parquímetros que visava a expansão dos lugares de estacionamento pago.

1.4 - Esta proposta verbal foi, no essencial, após mera alteração da indicação de algumas ruas, acolhida pelo chefe de divisão de trânsito da Câmara Municipal de Braga, à data dos factos, [redacted] na proposta que subscreveu a 3 de janeiro de 2013.

1.5 - No dia 8 de Janeiro de 2013 o arguido Francisco Mesquita Machado decidiu acolher a proposta de alargamento do [redacted] por causa do acordo



firmado com o arguido

1.6 – Tal decisão de alargamento – tomada em 8 de Janeiro de 2013 – foi tomada sem qualquer fundamento legal para a prática desse acto ou para a sua urgência.

1.7 - Essa mesma decisão permitia subsequentemente a concretização das restantes fases de alargamento (2ª, 3ª e 4ª), conforme proposta verbal da acolhida na decisão do arguido Francisco Mesquita Machado, permitindo, a final, a exploração pela sociedade representada pelo arguido dos lugares existentes nas 90 ruas identificadas no Edital nº 144/2003, publicado a 9 de julho de 2003.

1.8 – Para que o arguido Francisco Mesquita Machado, no exercício das funções de Presidente da Câmara Municipal, tivesse tomado a decisão de alargamento era necessário um prévio estudo de ordenamento e mobilidade de trânsito, que, assentando em critérios técnicos, permitisse concluir pela necessidade de avançar, naquele momento, para o alargamento da concessão dos lugares de estacionamento na cidade de Braga.

1.9 - O arguido Francisco Mesquita Machado, ao decidir favoravelmente o alargamento da área de concessão do estacionamento pago na cidade de Braga, em violação dos seus deveres decorrentes do exercício das suas funções, apenas considerou os interesses financeiros da e do arguido em detrimento dos interesses patrimoniais da Câmara Municipal de Braga.

2.0 - Com a publicação do Edital nº 11/2013 do Edital nº 11/2013 no dia 24 de Janeiro de 2013, o arguido Francisco Mesquita Machado, conforme previamente acordado entre os arguidos, determinou a expansão dos lugares de estacionamento colocados a concurso público, fazendo publicar essa decisão nos termos do Edital n.º 11/2013, concretizando a intenção que presidiu ao acordo que os arguidos formularam da concessão de 2319 lugares, ou seja, mais 1147 lugares do que os que resultavam das peças procedimentais do concurso.

2.1 – Com o despacho de 7 de Março de 2013 o arguido Francisco Mesquita Machado, na qualidade de Presidente da Câmara Municipal de Braga, veio, através do edital n.º 32/2013 actualizar as ruas objeto da decisão de alargamento e era também necessário para tal fazer um estudo prévio de mobilidade de trânsito e ordenamento do estacionamento da cidade de Braga que fundamentasse essa decisão.

2.2 – A lograria, como logrou, explorar, não os 1172 lugares colocados a concurso, mas de imediato e pelo prazo 15 anos prorrogáveis até ao máximo de 30 anos, os 2319 lugares, dos quais mais 1147 correspondiam à 1ª fase da expansão, a que acresceriam os demais lugares das 2ª, 3ª e 4ª fases de expansão.



2.3 - Na execução do acordo firmado entre os arguidos e apesar do aludido alargamento de 1147 lugares de estacionamento, de que beneficiou a concessionária esta sociedade nunca teve de proceder a qualquer outro pagamento à Câmara Municipal de Braga, para além daquele que resultava do contrato de concessão lesando, assim, correspondentemente os interesses patrimoniais do Município.

2.4 - Apesar do aumento de lugares concedidos e da correspondente receita para esta sociedade, na execução do acordo firmado pelos arguidos, não foi desencadeado pelo arguido Francisco Mesquita Machado, o mecanismo tendente ao reequilíbrio económico-financeiro da concessão previsto no caderno de encargos.

2.5 - Tal reequilíbrio impunha-se fazer perante os interesses da autarquia.

2.6 - Os arguidos Francisco Mesquita Machado e atuaram em conjugação de esforços e na sequência de acordo previamente firmado, visando, com as suas condutas concertadas, o favorecimento, no contexto do concurso público n.º 4/2012, da concorrente sociedade representada pelo último, em particular no sentido de obter uma decisão do primeiro, na qualidade de Presidente da Câmara Municipal de Braga e no exercício dos poderes decisórios que lhe cabiam por força desse cargo, de expansão dos lugares de estacionamento do Município de Braga, em desconformidade e para além do que constituía o objeto do concurso, nos moldes supra descritos, em violação das peças procedimentais deste concurso e das normas legais aplicáveis.

2.7 - Atuaram, assim, os arguidos, em conjugação de esforços e na sequência de acordo previamente firmado, com o propósito concretizado de obtenção de uma vantagem indevida, para a sociedade representada pelo arguido correspondente à exploração de mais 1147 lugares, a acrescer ao rendimento já resultante do objeto da concessão que contemplava a exploração de 1172 lugares.

2.8 - O arguido Francisco Mesquita Machado quis agir da forma descrita, o que fez com o propósito concretizado de, enquanto titular do cargo político de Presidente da Câmara Municipal de Braga e no exercício dos poderes decisórios que lhe cabiam por força desse cargo, decidir favoravelmente a expansão dos lugares de estacionamento pago na cidade de Braga, na decorrência do que havia previamente combinado e garantido ao arguido autorizando que os lugares de estacionamento objeto da concessão passassem de 1172 lugares para o total de 2319 lugares.



2.9 - Pretendendo atuar do modo descrito, o arguido Francisco Mesquita Machado fê-lo ciente de que não existia qualquer estudo de mobilidade ou ordenamento de trânsito que fundamentasse a necessidade ou o benefício desse alargamento para a cidade de Braga e seus munícipes, bem sabendo que acautelava, protegia e beneficiava os interesses económicos da concessionária e do arguido na medida em que, sem terem que efetuar, com vista a ser restabelecido o equilíbrio financeiro do contrato, qualquer outro pagamento à Câmara Municipal de Braga para além do valor de renda percentual acordado no contrato de concessão, lograriam obter rendimento correspondente à exploração de mais 1147 lugares, a acrescer ao rendimento já resultante da concessão dos 1172 lugares.

3.0 - Querendo agir da forma descrita, o arguido Francisco Mesquita Machado bem sabia que violava as peças procedimentais do concurso e os princípios da transparência, da igualdade e da concorrência que regem a contratação pública, garantindo, aos demais concorrentes e interessados, no decurso e após o procedimento concursal, que não estava prevista a implementação de qualquer plano de expansão.

3.1 - Querendo agir como efetivamente agiu, no exercício de funções, o arguido Francisco Mesquita Machado atuou em prejuízo dos interesses económicos da Câmara Municipal de Braga e em detrimento dos próprios critérios técnicos, de racionalidade e objetividade que demandariam a realização prévia de um estudo de ordenamento e mobilidade de trânsito da cidade com vista à decisão subjacente ao alargamento da área da concessão, subjugando ainda os princípios da transparência, da igualdade e da concorrência da contratação pública aos interesses económicos da e do arguido em consequência do que violou os deveres que lhe competia defender enquanto Presidente de Câmara e representante político máximo da entidade adjudicante.



3.2 - Por seu turno, o arguido *atuando no seu interesse, em representação e no interesse económico da* *quis agir da forma descrita, o que fez na execução do plano delineado juntamente com o arguido Francisco Mesquita Machado, com o propósito concretizado de que este último, na qualidade de presidente da Câmara Municipal de Braga e no exercício dos poderes decisórios que lhe cabiam por força desse cargo, decidisse favoravelmente a expansão dos lugares de estacionamento pago na cidade de Braga, autorizando que os lugares de estacionamento objecto da concessão passassem de 1172 lugares para o total de 2319 lugares, com vista a obter um rendimento correspondente à exploração de mais 1147 lugares, a acrescer ao rendimento já resultante da concessão dos 1172 lugares, sem que, no entanto, tivesse que efectuar, com vista a ser alcançado o reequilíbrio financeiro do contrato, qualquer outro pagamento à Câmara Municipal de Braga para além do valor de renda percentual acordado no contrato de concessão.*

3.3 - Querendo agir da forma descrita, o arguido *fê-lo ciente de que a sua conduta, porque contrária às peças procedimentais do concurso e às normas jurídicas aplicáveis à contratação pública, era violadora dos princípios da transparência, da igualdade e da concorrência, na medida em que se garantia, aos demais concorrentes e interessados, no decurso e após o procedimento concursal, que não estava prevista a implementação de qualquer plano de expansão.*

3.4 - Agiram sempre os arguidos livre, deliberada e conscientemente, bem sabendo, considerando cada um dos comportamentos levado a cabo nas circunstâncias descritas e na medida da intervenção de cada um, que as suas ações eram proibidas e punidas por lei.

Não resultaram provados quaisquer outros factos alegados ou articulados quer por se encontrarem em contradição com os presentes, quer por constituírem simples conceitos de direito ou meros juízos conclusivos.

Pelo que, se encontram preenchidos todos os pressupostos, **para que o Requerente tenha direito** ao previsto na Lei nº 29/87 de 30 de junho.

Neste sentido, destaca-se:

“De acordo com a al. o) do n.º 1, do art.º 5.º da Lei n.º 29/87, de 30 de junho que aprovou o Estatuto dos Eleitos Locais (EEL), «os eleitos locais têm direito a apoio nos processos judiciais que tenham como causa o exercício das respetivas funções» constituindo, nos termos do art.º 21.º do Estatuto, encargos a suportar pelas respetivas autarquias, as despesas provenientes de processos judiciais em que os eleitos locais sejam parte, mediante a verificação de determinados pressupostos.

(...)

3.1. Assunção de encargos decorrentes de processos judiciais

O EEL prevê que as despesas provenientes de processos judiciais (cfr. o Anexo III) possam ser assumidas pelas respetivas autarquias (ex vi dos art.ºs 5.º, n.º 1, al. o) e 21.º, ambos da Lei n.º 29/8717), desde que, cumulativamente, sejam observados os seguintes pressupostos: 1) as despesas têm de ser provenientes de processos judiciais; 2) os atos que deram origem ao processo judicial e às inerentes despesas tenham sido praticados pelo eleito local no exercício das suas funções e por causa delas; 3) não se prove que esses atos foram praticados com dolo ou negligência. A questão do apoio aos autarcas nos processos judiciais em que sejam parte, foi tratada no Parecer n.º 81/2007 do Conselho Consultivo da Procuradoria - Geral da Republica (PGR), onde se preconiza, entre outras matérias que, só após a decisão final do processo judicial poderá apurar-se se estão preenchidos os pressupostos de que depende a concessão do apoio, pelo que só então deverá ser autorizada a sua atribuição.”

In Relatório n.º 11/2011 –FS/SRMTC - Auditoria orientada para a assunção, pelas autarquias, de encargos com serviços de advocacia/consultadoria jurídica relacionados com ações desenvolvidas pelo TC - Processo n.º 13/10 – Aud/FS - Setembro/2011

“b) No que toca ao apoio a autarcas em processos judiciais, o artigo 21.º da Lei n.º 29/87, determina e cito: “Constituem encargos a suportar pelas autarquias respetivas as despesas provenientes de processos judiciais em que os eleitos locais sejam parte, desde que tais processos tenham tido como causa o exercício das respetivas funções e não se prove o dolo ou negligência por parte dos eleitos”.

Depende, assim, o apoio a autarcas em processos judiciais, da verificação cumulativa de três requisitos:

I – Despesas provenientes de processos judiciais;

II – Processo em que os eleitos sejam parte por causa do exercício das suas funções autárquicas, seja qual for o seu regime (permanência ou não permanência);

III – Não se prove dolo ou negligência por parte dos eleitos locais.



In Parecer da CCDRC, 15 novembro 2007 - Número: DAI 231/07, Responsáveis: Adelino Moreira e Castro

“1 - O apoio a conceder aos eleitos locais pelas respetivas autarquias, nos termos dos artigos 5.º, n.º 1, alínea o) E 21.º, ambos da Lei 29/87, de 30 de Junho, depende da verificação cumulativa de dois pressupostos: por um lado, que o ato que deu origem ao processo judicial e às inerentes despesas tenha sido praticado pelo eleito local no exercício das suas funções e por causa delas, e, por outro, que não se prove que esse ato foi praticado com dolo ou negligência;

2 - O apoio referido na conclusão anterior abrange as despesas relativas aos processos criminais em que os eleitos locais sejam arguidos;

3 - Só após a decisão final poderá apurar-se se estão preenchidos os pressupostos de que depende a concessão do apoio, pelo que só então deverá ser proferida a respetiva decisão. “

In Parecer 81/2007 de 9 de Outubro da PROCURADORIA-GERAL DA REPÚBLICA

NO ENTANTO

Ainda que exista obrigação do Município proceder ao **pagamento dos honorários e demais encargos processuais, desta obrigação não resulta que o Município proceda ao** pagamento dos honorários que são apresentados pelo Requerente.

“Acresce que não estamos em presença de um qualquer ato vinculado, uma vez que o Município sempre disporá da discricionariedade suficiente para discutir, designadamente o quantum da nota de honorários e demais despesas que lhe venha a ser apresentada. (...) “

Acórdão do Tribunal Central Administrativo Norte 00287/09.3BEBRG : 23-01-2015

Ou seja, entendendo o Município que o valor apresentado pela Ilustre Mandatária do Requerente, não são adequados, **pode o Município requerer parecer à Ordem dos**

Advogados que se pronuncie sobre a adequabilidade dos mesmos, emitindo laudo.

Das Notas de despesas e honorários

Nos termos do artigo 96.º, n.º 1, do Estatuto da Ordem dos Advogados é dever do advogado para com o cliente «(...) dar a aplicação devida a valores, objetos e documentos que lhe tenham sido confiados, bem como prestar conta ao cliente de todos os valores deste que tenha recebido, qualquer que seja a sua proveniência, e apresentar nota de honorários e despesas, logo que tal lhe seja solicitado.»

Esta matéria está, igualmente, regulada pela Ordem dos Advogados através do Regulamento dos Laudos de Honorários (Regulamento n.º 40/2005 OA (2.ª série), de 29 de abril de 2005 / Ordem dos Advogados. Conselho Superior, o qual procedeu à alteração do Regulamento dos Laudos de Honorários n.º 36/2003, aprovado por Deliberação do Conselho Geral da Ordem dos Advogados de 18 de Julho de 2003, publicado no Diário da República, 2.ª série, de 6 de Agosto de 2003).

Este regulamento no seu artigo 3.º estabelece uma definição de honorários, nos seguintes termos: «[entende-se por "honorários" a retribuição dos serviços profissionais prestados por advogado na prática de actos próprios da profissão.]»

Na emissão da conta de honorários, pelos serviços prestados, o Advogado deverá ter em conta o seguinte:

- 1.º a conta de honorários deve ser apresentada ao cliente por escrito;
- 2.º deverá mencionar o IVA que for devido;
- 3.º deverá ser assinada pelo advogado ou por ordem e responsabilidade do advogado ou da sociedade de advogados;
- 4.º o montante dos honorários é fixado em euros, «sem prejuízo da indicação da sua correspondência com qualquer outra moeda»;
- 5.º na conta devem ser enumerados e discriminados todos os serviços prestados,

sendo estes separados dos montantes relativos a despesas e encargos;

6.º todo e qualquer valor a cobrar ao cliente deve ser especificado e datado, e

7.º na conta, o Advogado, mencionará, igualmente todos os montantes recebidos a título de provisão.

Cumprе realçar o preceituado no artigo 5.º, n.º 6 daquele Regulamento, porquanto não é permitido ao Advogado «(...) agravar a conta apresentada ao cliente no caso de não pagamento oportuno ou de cobrança judicial, embora possa, querendo, exigir a indemnização devida pela mora nos termos legais.».

Nos termos do artigo 95.º do E.O.A. é dever do Advogado, nas relações com os clientes, informar o cliente sobre os critérios que utiliza na fixação dos seus honorários, indicando, sempre que possível, o seu montante total aproximado, e ainda sobre a possibilidade e a forma de obter apoio judiciário.

Os honorários do advogado devem equivaler a uma retribuição económica adequada pelos serviços verdadeiramente prestados, que deve ser liquidada em dinheiro e que pode assumir a forma de remuneração fixa.

São critérios atendíveis para a fixação dos honorários, nos termos do E.O.A. os seguintes:

- importância dos serviços prestados;
- dificuldade e urgência do assunto;
- grau de criatividade intelectual da sua prestação;
- resultado obtido;
- tempo despendido;
- responsabilidades assumidas pelo Advogado;
- demais usos profissionais.

De facto, nos termos do nº 2 do artigo 105º do **Estatuto da Ordem dos Advogados** (EOA), deve o advogado apresentar ao cliente a respetiva conta de honorários, com a discriminação dos serviços prestados, salvo se tiver havido convenção/fixação prévia do montante de honorários.

O Estatuto da Ordem dos Advogados manda fixar os honorários de modo a que estes correspondam a uma adequada compensação económica pelos serviços efetivamente prestados, que deve ser saldado em dinheiro e que pode assumir a forma de retribuição fixa, devendo atender: à importância dos serviços prestados, à dificuldade do assunto, ao grau de criatividade intelectual da sua prestação, ao resultado obtido, ao tempo despendido, às responsabilidades por ele assumidas e aos demais usos profissionais (Cfr. n.º 3 do cit. art. 105.º do EOA).

Na valoração dos serviços prestados deve o advogado proceder com moderação (Cfr. nº1 do aludido art. 105 do EOA).

A moderação de que fala a lei implica justeza e adequação ao caso concreto.

A justeza obtém-se encontrando um ponto de equilíbrio, de modo que os honorários não sejam tão baixos que pareçam ridículos, nem tão altos que possam classificar-se de especulativos.

Não sendo cumpridos estes requisitos, podem ser solicitados laudos:

O **Laudo de Honorários** consubstancia um **parecer técnico e juízo sobre a qualificação e valorização dos serviços prestados pelos advogados**, tendo em atenção as normas do Estatuto da Ordem dos Advogados, a demais legislação aplicável e o presente regulamento – cfr. artigo 2.º daquele supra mencionado Regulamento.

Nos termos do artigo 6.º, n.ºs 1 e 2 do Regulamento em apreço **«[o] laudo sobre honorários pode ser solicitado pelos tribunais, por outros conselhos da Ordem e, em relação às respetivas contas, pelo advogado, ou seu representante ou sucessor, pelas sociedades de advogados, ou pelo constituinte ou consulente, ou seus representantes ou sucessores.», bem como quem, de acordo com a lei ou contrato, seja o responsável pelo cumprimento da obrigação de pagar os honorários ao Advogado.**

Regulamento dos Laudos de Honorários

Regulamento n.º 40/2005 OA (2.ª série), de 29 de abril de 2005 / Ordem dos Advogados. Conselho Superior. – Procede à alteração do Regulamento dos Laudos de Honorários n.º 36/2003, aprovado por Deliberação do Conselho Geral da Ordem dos Advogados de 18 de julho de 2003, publicado no Diário da República, 2.ª série, de 6 de agosto de 2003. In Diário da República. – S.2 n.98 (20 maio 2005), p.7880-7883.

Artigo 2.º

Laudo

O laudo sobre honorários **constitui parecer técnico e juízo sobre a qualificação e valorização dos serviços prestados pelos advogados**, tendo em atenção as normas do Estatuto da Ordem dos Advogados, a demais legislação aplicável e o presente regulamento.

Artigo 6.º

Legitimidade para pedir laudo

1 - O laudo sobre honorários pode ser solicitado pelos tribunais, por outros conselhos da Ordem e, em relação às respetivas contas, pelo advogado, ou seu representante ou sucessor, pelas

sociedades de advogados, ou pelo constituinte ou consulente, ou seus representantes ou sucessores.

2 - Pode ainda solicitar laudo quem, nos termos legais ou contratuais, seja responsável pelo pagamento dos honorários do advogado.

Artigo 8.º

Pedido de laudo

1 - O pedido de laudo sobre honorários **deve ser formulado por escrito dirigido ao presidente do conselho superior e instruído com a conta.**



2 - O pedido é apresentado diretamente ou remetido à sede da ordem, do conselho distrital ou da delegação.

3 - O pedido de laudo tem de ser fundamentado, salvo se formulado por tribunal.

4 - O pedido tem de identificar o advogado ou a sociedade de advogados, pelo seu nome, firma ou denominação e domicílio profissional, e o constituinte ou consulente, também com o nome e o respetivo domicílio, e, se possível, o número de telefone, de telefax e o endereço eletrónico de todas as partes envolvidas.

No presente caso, e não sabendo esta DSJC se os honorários apresentados estão dentro da praxe do foro e o estilo da comarca, não poderá dizer com a segurança exigível ao caso (não só pelo valor elevado, mas porque da decisão a tomar, pode advir responsabilidade financeira imputável a quem as autorizou, se as mesmas forem consideradas despesas ilegais e indevidas, e por uma questão de boa gestão dos dinheiros públicos), o laudo trará mais segurança à decisão de autorizar a tomar, já que os mesmos são elaborados por profissionais do foro, sendo evidente que não se lhes pode negar a autoridade de quem tem um conhecimento específico sobre a matéria, suscetível de aferir, com elevado grau, da razoabilidade e adequação do valor constante da **nota de honorários**.

EM SUMA,

1. Nos termos do disposto no artigo 21º da **Lei nº 29/87, de 30 de junho**,
“Constituem encargos a suportar pelas autarquias respetivas as despesas provenientes de processos judiciais em que os eleitos locais sejam parte, desde que tais processos tenham tido como causa o exercício das respetivas funções e não se prove dolo ou negligência por parte dos eleitos”;
2. Analisada a situação concreta, verifica-se que estão assim cumpridos os requisitos para que **ao Requerente sejam pagos os honorários e demais devidos pela sua defesa no processo judicial referido.**



NO ENTANTO.

3. Deve o Município solicitar a emissão de laudo quanto ao valor dos mesmos, junto da Ordem dos Advogados, por força do nº 2 do artigo 6º do **Regulamento dos Laudos de Honorários**.

À consideração superior,

A jurista,



Apoio em processos judiciais

Constituem encargos a suportar pelas autarquias respetivas as despesas provenientes de processos judiciais em que os eleitos locais sejam parte, desde que tais processos tenham tido como causa o exercício das respetivas funções e não se prove dolo ou negligência por parte dos eleitos.

Assim, quanto a despesas apresentadas:

1. 102€ pagos em 06/06/2018 referente a «multa»
2. 102€ pagos em 19/11/2018 referente a «multa»
3. 2.040€ pagos em 19/06/2019 referente a Conta de Custas do Tribunal Constitucional
4. 306€ pagos em 11/05/2021 referente a Taxa de Justiça Penal
5. 798,77€ pagos e referentes a transcrições

Ora, dos vários valores apresentados, entende-se não ser de pagar os dos nºs 1 e 2, já que os recibos apresentados se referem a multas, não constituindo despesas que se mostrem necessárias ao normal prosseguimento do processo e que dele decorram diretamente.

Mais se entende que a presente informação, junto com a anterior, após concordância do Sr. Presidente da CMB, deve ser sujeita a deliberação do Executivo Municipal:

- 1º para aprovação do facto de ter a CM que pagar os honorários e encargos judiciais;
- 2º para pagamento o valor resultante do Laudo emitido pela Ordem dos Advogados, no valor de 63.600€ + IVA;
- 3º para pagamento dos encargos judiciais, no valor de 3.144,77€.

A verba deve ser devidamente cabimentada, por forma a que o mais depressa possível, atento o tempo já decorrido, se proceda ao pagamento do valor em causa.

A jurista,

Ao
Município de Braga
Praça do Município
4700-435 Braga

Correio Registrado com AR

Braga, 2022/08/09

M/ Ref.ª: Francisco Soares Mesquita Machado

V/ Ref.ª: E/29403/2021 – Ofício n.º 18465, de 06/08/2021

| Balcão Único | |
|-----------------------|--|
| PRESIDENTE | |
| 1.º VICE-PRESIDENTE | |
| 2.º VICE-PRESIDENTE | |
| 3.º VICE-PRESIDENTE | |
| 4.º VICE-PRESIDENTE | |
| 5.º VICE-PRESIDENTE | |
| 6.º VICE-PRESIDENTE | |
| 7.º VICE-PRESIDENTE | |
| 8.º VICE-PRESIDENTE | |
| 9.º VICE-PRESIDENTE | |
| 10.º VICE-PRESIDENTE | |
| 11.º VICE-PRESIDENTE | |
| 12.º VICE-PRESIDENTE | |
| 13.º VICE-PRESIDENTE | |
| 14.º VICE-PRESIDENTE | |
| 15.º VICE-PRESIDENTE | |
| 16.º VICE-PRESIDENTE | |
| 17.º VICE-PRESIDENTE | |
| 18.º VICE-PRESIDENTE | |
| 19.º VICE-PRESIDENTE | |
| 20.º VICE-PRESIDENTE | |
| 21.º VICE-PRESIDENTE | |
| 22.º VICE-PRESIDENTE | |
| 23.º VICE-PRESIDENTE | |
| 24.º VICE-PRESIDENTE | |
| 25.º VICE-PRESIDENTE | |
| 26.º VICE-PRESIDENTE | |
| 27.º VICE-PRESIDENTE | |
| 28.º VICE-PRESIDENTE | |
| 29.º VICE-PRESIDENTE | |
| 30.º VICE-PRESIDENTE | |
| 31.º VICE-PRESIDENTE | |
| 32.º VICE-PRESIDENTE | |
| 33.º VICE-PRESIDENTE | |
| 34.º VICE-PRESIDENTE | |
| 35.º VICE-PRESIDENTE | |
| 36.º VICE-PRESIDENTE | |
| 37.º VICE-PRESIDENTE | |
| 38.º VICE-PRESIDENTE | |
| 39.º VICE-PRESIDENTE | |
| 40.º VICE-PRESIDENTE | |
| 41.º VICE-PRESIDENTE | |
| 42.º VICE-PRESIDENTE | |
| 43.º VICE-PRESIDENTE | |
| 44.º VICE-PRESIDENTE | |
| 45.º VICE-PRESIDENTE | |
| 46.º VICE-PRESIDENTE | |
| 47.º VICE-PRESIDENTE | |
| 48.º VICE-PRESIDENTE | |
| 49.º VICE-PRESIDENTE | |
| 50.º VICE-PRESIDENTE | |
| 51.º VICE-PRESIDENTE | |
| 52.º VICE-PRESIDENTE | |
| 53.º VICE-PRESIDENTE | |
| 54.º VICE-PRESIDENTE | |
| 55.º VICE-PRESIDENTE | |
| 56.º VICE-PRESIDENTE | |
| 57.º VICE-PRESIDENTE | |
| 58.º VICE-PRESIDENTE | |
| 59.º VICE-PRESIDENTE | |
| 60.º VICE-PRESIDENTE | |
| 61.º VICE-PRESIDENTE | |
| 62.º VICE-PRESIDENTE | |
| 63.º VICE-PRESIDENTE | |
| 64.º VICE-PRESIDENTE | |
| 65.º VICE-PRESIDENTE | |
| 66.º VICE-PRESIDENTE | |
| 67.º VICE-PRESIDENTE | |
| 68.º VICE-PRESIDENTE | |
| 69.º VICE-PRESIDENTE | |
| 70.º VICE-PRESIDENTE | |
| 71.º VICE-PRESIDENTE | |
| 72.º VICE-PRESIDENTE | |
| 73.º VICE-PRESIDENTE | |
| 74.º VICE-PRESIDENTE | |
| 75.º VICE-PRESIDENTE | |
| 76.º VICE-PRESIDENTE | |
| 77.º VICE-PRESIDENTE | |
| 78.º VICE-PRESIDENTE | |
| 79.º VICE-PRESIDENTE | |
| 80.º VICE-PRESIDENTE | |
| 81.º VICE-PRESIDENTE | |
| 82.º VICE-PRESIDENTE | |
| 83.º VICE-PRESIDENTE | |
| 84.º VICE-PRESIDENTE | |
| 85.º VICE-PRESIDENTE | |
| 86.º VICE-PRESIDENTE | |
| 87.º VICE-PRESIDENTE | |
| 88.º VICE-PRESIDENTE | |
| 89.º VICE-PRESIDENTE | |
| 90.º VICE-PRESIDENTE | |
| 91.º VICE-PRESIDENTE | |
| 92.º VICE-PRESIDENTE | |
| 93.º VICE-PRESIDENTE | |
| 94.º VICE-PRESIDENTE | |
| 95.º VICE-PRESIDENTE | |
| 96.º VICE-PRESIDENTE | |
| 97.º VICE-PRESIDENTE | |
| 98.º VICE-PRESIDENTE | |
| 99.º VICE-PRESIDENTE | |
| 100.º VICE-PRESIDENTE | |

ASSUNTO: Pedido de pagamento de encargos judiciais referentes ao Proc. n.º 202/14.2TELSB, ao abrigo do art. 21.º do Estatuto dos Eleitos Locais.

Exm.ª Sr. Presidente da Câmara Municipal de Braga,

No seguimento do pedido apresentado por via postal registada que foi recebida em 23/06/2021, através do V/ ofício S/16978/2021, de 09/07/2021, foi notificado terem verificado *“que se encontram preenchidos todos os pressupostos”* necessários ao direito reclamado, embora tivessem entendido *“solicitar a emissão de laudo ao Conselho Superior da Ordem dos Advogados”*, o que foi feito e deu origem à decisão de suspensão do procedimento administrativo iniciado *“até que seja recebido o laudo solicitado”*, consoante notificado pelo ofício n.º 18465, de 06/08/2021.

Assim, uma vez que o laudo proferido já foi notificado a esse Município, cessou em tal data a referida suspensão, reiniciando-se então a contagem do prazo de 60 dias úteis previsto no n.º 1 do art. 128.º do CPA, que por isso termina antes do final do mês em curso.

Constata-se, porém, que no processo de laudo em questão os membros da 2.ª Secção do Conselho Superior deliberaram *“não conceder laudo pelo valor praticado”*, mas também, e por imposição legal, que *“já seria de conceder se o valor pretendido fosse de € 63.600,00 (sessenta e três mil e seiscentos euros)”*.

Em face disto, independentemente de o ex-eleito local visado não se conformar com essa decisão – razão pela qual dela recorrerá por todos os meios legais ao seu dispor – é neste momento seguro que a Ordem dos Advogados entendeu adequado o valor de 63.600,00 € a

título de honorários globais para o patrocínio em causa. Está, portanto, dirimida a questão que motivou a suspensão do procedimento e nada impede que seja proferida decisão final, até porque a reacção a adoptar pelo visado, administrativa ou judicial, não tem efeito suspensivo daquela deliberação, nem dessa sua insurgência, ainda que bem sucedida, poderá resultar valor inferior àquele (mas só superior, como obviamente se espera).

ISTO POSTO,

Devendo por ora considerar-se que os honorários ajustados são de 63.600,00 €, impõe-se reformular o pedido apresentado em conformidade.

Por conseguinte, é necessariamente devido:

- 11.500,00 € por força da provisão (adiantamento por conta de honorários) paga pelo ex-eleito local aos seus mandatários, e
- 2.645,00 € correspondentes ao IVA (taxa de 23%) que incidiu sobre essa provisão global e do qual está desembolsado, dado tê-lo suportado,
o que, somado, equivale aos 14.145,00 € reclamados, que se mantêm;
- 52.100,00 € [ou seja, 63.600,00 € - 11.500,00 €] a título de diferencial para os honorários finais, sem IVA, nem retenção (isto porque a mandatária teve de pagar entretanto o correspondente IRS, substituindo-se ao seu constituinte), e
- 3.348,77 € devido às despesas incorridas com taxas de justiça, custas e transições,
perfazendo o montante total de 69.593,77 €
(sessenta e nove mil e quinhentos e noventa e três euros e setenta e sete cêntimos).

EM SUMA,

Face ao exposto, impõe-se que antes do final do corrente mês de Agosto seja proferida decisão final determinativa da transferência da referida quantia de 69.593,77 € para a conta bancária já indicada. E caso o laudo proferido venha mais tarde a ser alterado, como se espera, competirá a esse Município reembolsar nessa ocasião os 11.400,00 € remanescentes.

Certa da melhor atenção de V. Ex.^a para a presente, subscrevo-me com os melhores cumprimentos,